

Marechal António de Spínola

Presidente da República
1910 - 1996



Lisboa | Abril | 2010

Câmara Municipal de Lisboa | Comissão Municipal de Toponímia

Marechal António de Spínola

Presidente da República
1910 -1996



O marechal António de Spínola foi, antes de tudo e depois de tudo, um militar. Formado, desde os bancos do Colégio Militar e, depois, da Escola do Exército, na velha tradição da Cavalaria, tinha uma alta noção dos seus deveres e das suas fidelidades. Mas este enraizamento, tão forte e tão constante, não o impediu de ser um dos generais que soube perceber as mudanças, propiciando a evolução da instituição militar e a sua abertura ao tempo e ao mundo. Por isso, acabou por desempenhar um papel político-militar relevante, quer na questão colonial, quer na democratização do país.

Para as gerações da democracia, o tributo que devemos ao Marechal Spínola radica no facto de, com o livro “Portugal e o Futuro” e com a sua atitude de contestação a uma situação sem saída, ele ter sido uma das figuras que contribuíram decisivamente para o advento da democracia.

Escolhido para Presidente da Junta de Salvação Nacional, foi Spínola quem, no dia inesquecível de 25 de Abril de 1974, depois de ter estado no Quartel do Carmo a negociar a rendição do governo de Marcello Caetano, apareceu na televisão, com o monóculo que se tornaria um ícone, a ler aos portugueses a Proclamação do Movimento das Forças Armadas, que prometia a instauração de uma democracia em Portugal. Tornou-se assim o primeiro rosto do novo regime e o seu primeiro Presidente da República.

Spínola não era um político. Era um militar que amou Portugal e que se preocupou com o seu destino. Cometeu erros e foi inábil por vezes. Mas o essencial a reter da sua vida e da sua carreira é o importante contributo que deu para o fim do regime ditatorial que durou meio século. Um regime autoritário que ele começou por servir, convictamente, e de que, com lucidez, coragem e patriotismo, se acabaria por afastar.

Ao perpetuar a sua memória, a cidade de Lisboa presta homenagem ao militar ilustre e ao Primeiro Presidente da República do 25 de Abril.

O Presidente da Câmara
António Costa





A 17 de Janeiro de 1974, o general António de Spínola é empossado como Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Três semanas depois, a 22 de Fevereiro, é publicado o seu livro “Portugal e o Futuro”, o qual o chefe do governo da ditadura, Marcelo Caetano, disse tratar-se de um verdadeiro «manifesto de oposição» ao regime e um golpe militar anunciado. Na sequência da publicação do livro, perante a recusa dos dois principais chefes militares (Costa Gomes e Spínola) em prestar vassalagem a Marcelo Caetano, a 14 de Março, Spínola e Costa Gomes são demitidos. A 16 de Março, uma coluna militar do regimento das Caldas da Rainha avança para Lisboa, numa tentativa falhada de derrubar o governo. A 25 de Abril, os capitães do Movimento das Forças Armadas levam a cabo o golpe militar que liquidará o regime do Estado Novo e escolhem uma Junta de Salvação Nacional para preparar a transição do País para um regime democrático. Na madrugada de 26, Spínola é anunciado como chefe da Junta e, a 15 de Maio, toma posse como Presidente da República. A História avançara muito rápido.

Que havia no livro de António de Spínola que constituísse um poderoso repto ao regime do Estado Novo? Basicamente, o afirmar que as guerras coloniais, que duravam desde 1961, não tinham solução militar e que outras vias teriam de ser encontradas. E que era necessário que a Nação (entendida no sentido do império

colonial) debatesse o problema de forma «construtiva» e «aberta». As teses de “Portugal e o Futuro” eram um desafio à política oficial: «estamos numa encruzilhada» (no problema ultramarino) e é preciso recorrer ao «diálogo aberto à participação nacional e até à consulta final à Nação»; «não podemos admitir que hoje se morra apenas para que amanhã continue a morrer-se»; «a contestação generaliza-se a todos os sectores» e até «à Igreja e à instituição militar»; «as sociedades pretendem cada vez mais ser senhoras de julgar a forma como são servidas»; «resta apenas uma via para a solução do conflito (as guerras no Ultramar) e essa eminentemente política, a vitória exclusivamente militar é inviável»; «a solução implica a aceitação de princípios, o primeiro dos quais é o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação».

Escrito e publicitado por um dos mais prestigiados generais das Forças Armadas, combatente em Angola e comandante-chefe na Guiné, o livro teve o papel de uma bomba de profundidade contra a política africana do regime. Êxito absoluto de edição, com centenas de milhares de exemplares vendidos, “Portugal e o Futuro” foi um livro-bomba. Escrito com a autoridade inquestionável de quem estivera e comandara nas frentes de combate, de quem tentara uma solução negociada de autonomia progressiva, como meio de resolver a guerra na Guiné.

Nascido em Estremoz, filho de madeirenses, a 11 de Abril de 1910, António Sebastião Ribeiro de Spínola fica órfão de mãe aos 5 anos, que determina o momento essencial da sua vida futura. O pai, António Sebastião de Spínola, brilhante funcionário de Finanças, acaba por inscrever, como aluno interno,



esse filho mais velho no Colégio Militar, uma prestigiada instituição de ensino (o filho mais novo, Francisco, também aluno do Colégio Militar, seguirá uma carreira civil, será médico veterinário e o grande amigo e conselheiro do irmão). António, aluno irrequieto, o “menino da Luz” nº33/1920, desperta no colégio para as noções de rigor e de disciplina, para o «culto da Pátria simbolizada na instituição militar». Quando, cadete garboso, sai do Colégio Militar para frequentar a Escola do Exército, após os

estudos preparatórios, já nele existe a paixão pelos cavalos e pela Cavalaria, arma que escolhe na Escola e que era na época um sinónimo de elite.

Casa em 1932 com Maria Helena Monteiro de Barros, filha de um prestigiado oficial general, sua companheira de toda a vida. Os laços de casamento, já que seu sogro era comandante da GNR, aproximam-no desta instituição, a qual virá a ser uma sua segunda casa.

O jovem oficial de cavalaria António de Spínola viverá com empolgação os anos 30. A mudança de regime político em Portugal, com o advento do salazarismo, a guerra civil de Espanha, a segunda Guerra Mundial. Em missões técnicas de observação do Exército, visita a Alemanha e a Itália e a frente germano-russa. No final da década, ganhará as suas primeiras medalhas enquanto cavaleiro hípico, tornando-se num dos mais prestigiados.

Nos anos 40 prosseguirá com realce a sua vida militar. Passa pelos regimentos de cavalaria de GNR e de Lanceiros 2 e pelos Açores (1945), pela direcção da Arma de Cavalaria, interessa-se em particular pela formação. Ao longo dos anos acumula louvores militares e prémios, nacionais e internacionais, enquanto cavaleiro hípico. E forma o seu pensamento, acabando por escrever sobre temas como o “Exército e Política”, onde expressa o seu nacionalismo e afirma as Forças Armadas como «uma superior força moral capaz de, nos momentos críticos, aglutinar a consciência cívica das massas e de congregar as várias facções da opinião pública». Algo de semelhante ao que afirmará, muitos anos depois, a 17 de Janeiro de 1974, quando toma posse do cargo de Vice-Chefe das Forças Armadas, quando diz e sublinha a «sua transcendente missão no contexto social da Nação» e defende que elas não se devem transformar numa «guarda pretoriana» do regime.

E os «momentos críticos» chegam para António de Spínola e o país, a partir dos anos 60. Na tentativa de golpe militar contra Salazar, encabeçada pelos Ministros da Defesa e do Exército, em 1961, Spínola não adere à conspiração. Mas envia uma dura carta a Salazar, denunciando o esclerosamento do regime, aconselhando reformas políticas, afirmando identificar-se com a «opinião do Exército» e avisando o chefe do governo: «V. Exa. ganhou a última batalha, mas não ganhará a próxima». Com o início da guerra em Angola, tenente-coronel Spínola tinha 51 anos, estava ao abrigo da mobilização. Mas oferece-se como voluntário e vai comandar o Batalhão de Cavalaria 345 (Grupo de Cavalaria, na tradição da arma, como sempre lhe chamou). Aí dá





mostras de uma grande capacidade de comando e de grande coragem. Participa em operações militares, desarmado, ao lado dos seus soldados. Defende-os, zela pelos seus interesses e bem-estar. Ganha uma aura de chefe que dá o exemplo e que é também um soldado entre soldados. A aura de admiração dos militares que com ele servem cresce em espiral. Dialoga com as populações da área do norte de Angola, onde o seu 345 opera, numa acção psicológica bem conseguida (e que depois sofisticará na Guiné). Em Angola, no norte e depois no sul, onde termina a comissão (1964), o seu entendimento da complexidade da guerra e dos caminhos para a sua solução tornara-se mais profundo e realista.

O prestígio adquirido em Angola, em 1968, leva-o ao convite de Salazar para ser governador e comandante-chefe da Guiné, o mais duro território de luta da guerrilha emancipalista, o PAIGC. Reconhecida a difícil situação do território, altera tudo. Rodeia-se de oficiais da sua confiança, na área militar e em funções civis. Altera dispositivo militar e promove uma política de sedução e de apoio às populações nativas. No início dos anos 70, está em condições militares e políticas para tentar uma solução dialogada para a guerra no território. Com o apoio do Presidente do Senegal tenta uma aproximação ao líder do PAIGC, Amílcar Cabral, que dá sinais de abertura ao diálogo tentado. Marcelo Caetano dá luz verde à aproximação, mas depois recua e proíbe-a. Spínola tenta, ainda, em 1972, convencer Caetano a não reeleger o Presidente Américo Thomaz, em quem se apoiam os radicais do regime, mas o chefe do

governo rejeita a ideia de ser ele mesmo candidato. É o tempo em que Spínola se aproxima dos deputados da “ala liberal” (Sá Carneiro, Pinto Leite, Pinto Balsemão), mas recusa a proposta destes de ser candidato à Presidência. A reeleição de Thomaz e o fechar da janela de diálogo com os independentistas vão separar em definitivo Spínola da política ultramarina do regime. A sua aproximação à “ala liberal” e à oposição democrática (através do jornal “República”, ligado aos socialistas de Mário Soares) avança.

António de Spínola recusa uma recondução enquanto comandante-chefe e governador da Guiné e regressa a Lisboa, em Agosto de 1973. O seu manifesto contra a política africana do regime, o “Portugal e o Futuro”, estava em marcha desde o início desse ano.

Em marcha também, desde meados de 1973, estava o movimento de capitães que se opunha à política de enquadramento dos oficiais oriundos de milicianos. Enquanto esse movimento avança e se radicaliza, Spínola afina o seu manifesto anti-governo. Recusa um convite de Marcelo Caetano para ser Ministro do Ultramar e espera colocação. É condecorado pelo Presidente Thomaz com a mais alta distinção militar, as insígnias de grande oficial, com palma, da Ordem da Torre e Espada, que lhe serão entregues por Thomaz em cerimónia simbolicamente realizada no Colégio Militar. Spínola comenta para um dos seus fiéis: «agora é que os problemas vão começar». Finalmente é nomeado número dois da hierarquia militar, vice-chefe das Forças Armadas, cargo que aceita sem desviar a linha de rumo de publicação do seu livro-bomba.

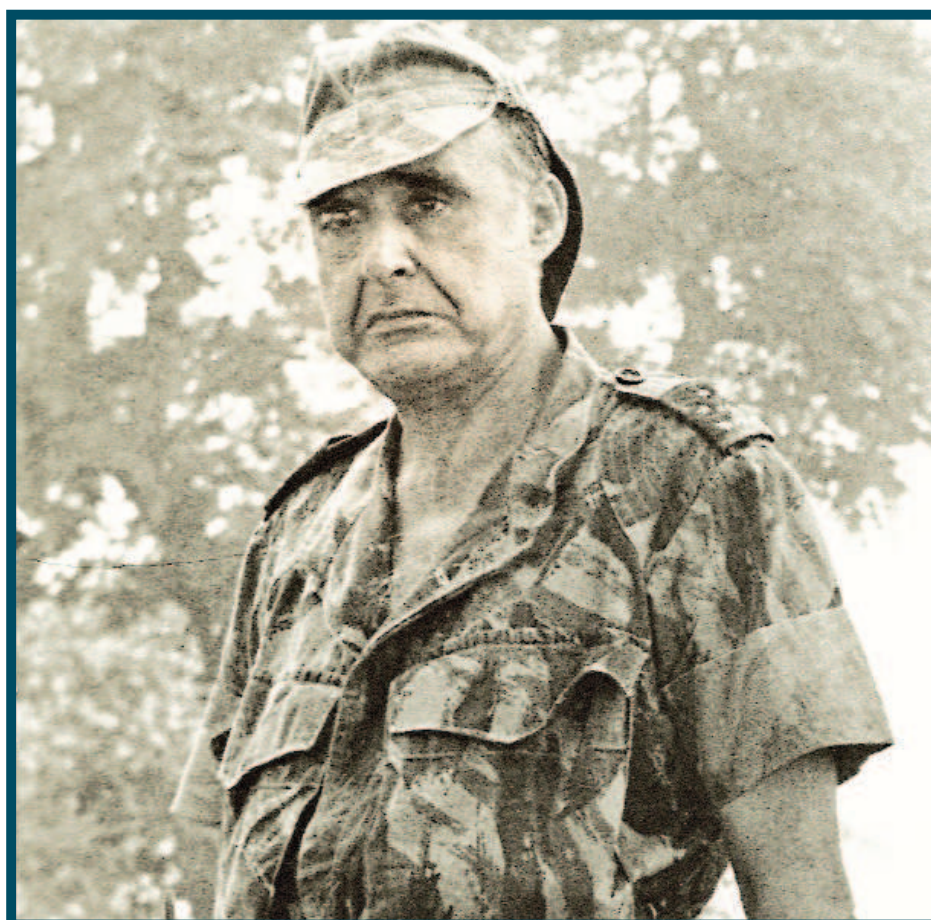
Paralelamente, os capitães passam à conspiração, e Spínola é escolhido por eles como um dos altos oficiais com quem contam. O general dedica-se a apoiar a confluência entre capitães do quadro permanente e os que estes haviam contestado, em termos de enquadramento profissional. Os dois grupos estarão juntos no 25 de Abril.

Presidente da República, as teses de Spínola chocam com os oficiais do Movimento das Forças Armadas e as destes com o general. Do choque resulta a demissão de Spínola, a 28 de Setembro de 1974, o general quer jogar agora na sua eleição para a Presidência da República, no acto eleitoral previsto pelo programa do MFA para 1975. Mas a vertigem da revolução precipita as coisas. A 11 de Março de 1975, uma movimentação militar, que a História ainda não esclareceu, leva António de Spínola ao exílio – certo de

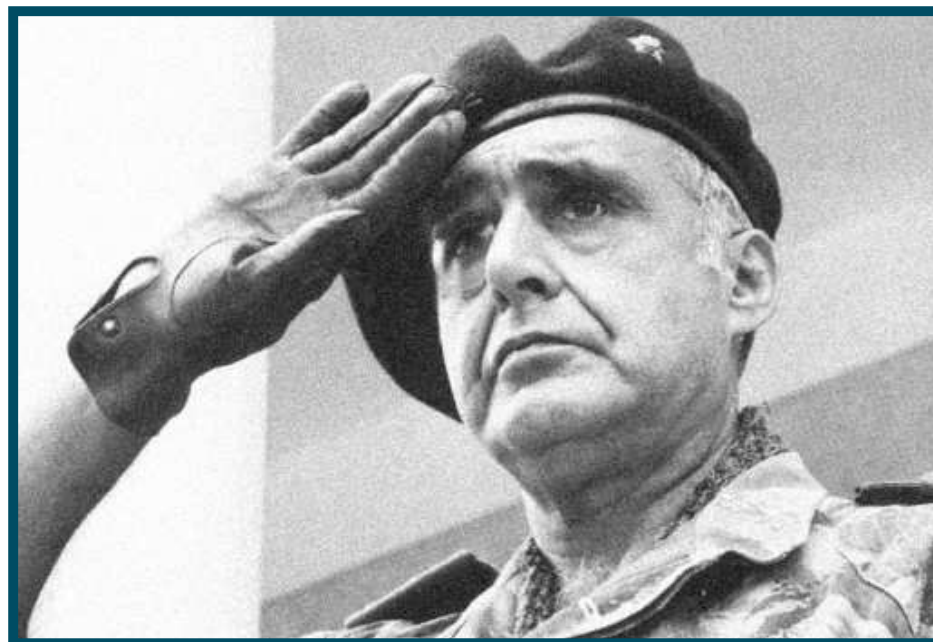
que uma nova ditadura se instalaria no País – e determinado a ser a cabeça e o símbolo da resistência à radicalização. Quando a democracia se institucionaliza, após o 25 de Novembro e a vigência da nova Constituição, o general regressa a Portugal, a 10 de Agosto de 1976, após Ramalho Eanes ser eleito Presidente da República. Em 1981 é promovido a marechal. O Presidente Mário Soares fá-lo, depois, seu conselheiro militar e chanceler do Conselho das Antigas Ordens Militares.

António Sebastião Ribeiro de Spínola morre 13 de Agosto de 1996, aos 86 anos, debilitado pela idade e pela doença. Entre as visitas que recebera, estava o Presidente da Guiné, Nino Vieira, seu antigo adversário na guerra. Ao seu funeral – quis ser sepultado no talhão dos combatentes do Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa – o governo decreta dois dias de luto nacional. O político e deputado Manuel Alegre havia afirmado, quando Spínola fora elevado ao marechalato: «Se alguém merece o título de marechal, esse alguém é o primeiro general de Abril: António de Spínola».

José Manuel Barroso







António Sebastião Ribeiro de Spínola nasceu no dia 11 de Abril de 1910, em Santo André, no concelho alentejano de Estremoz, filho de António Sebastião de Spínola e de Maria Gabriela Alves Ribeiro de Spínola. Era uma família abastada e o pai do futuro marechal já fora inspector-geral de Finanças e chefe de gabinete de Salazar no Ministério das Finanças.

Em 1920, António de Spínola ingressou no Colégio Militar, onde concluiu o ensino secundário, em 1928, e quatro anos depois, o curso da sua arma na Escola do Exército. Ainda nesse ano de 1932, casou com Maria Helena Martin Monteiro de Barros.

A sua primeira colocação foi no Regimento de Cavalaria 4 e, a partir de 1933, já como alferes, exerceu funções de instrutor, durante 6 anos, no Regimento de Cavalaria 7. Talvez este início de carreira como oficial de cavalaria tenha influenciado a sua preferência em apresentar-se como “capitão de cavalaria”, em vez de oficial do Exército português, e, distintivamente, usar monóculo, já que segundo o próprio *“O monóculo era usado por muitos oficiais de cavalaria da minha geração. Mantive-me fiel a essa tradição”*.¹ Também no desporto, escolheu o hipismo, modalidade em que foi premiado em concursos regimentais, nacionais e internacionais e que abandonou apenas em 1961, ao embarcar para Angola.

¹ Entrevista de António de Spínola a José Pedro Castanheira In *Expresso*, 30 de Abril de 1994.



Com sua esposa Maria Helena.

Em 1 de Dezembro de 1937, foi promovido a tenente e passou a exercer as funções de ajudante-de-campo do comandante da Guarda Nacional Republicana, general Monteiro de Barros, seu sogro, no período de 30 de Setembro de 1939 até 11 de Fevereiro de 1943. Nesta época iniciou, também, a sua colaboração na *Revista de Cavalaria* de que foi co-fundador e director.

Em 1941, António de Spínola integrou uma missão de estudo do exército português à Escola de Carros de Combate do exército alemão e à frente germano-russa, assim como em 1947, já no posto de capitão – desde 20 de Março de 1944 – foi nomeado para uma missão de estudo na Guarda Civil Espanhola, por integrar a Guarda Nacional Republicana.

Spínola exerceu, também, funções no Ministério da Guerra, de 6 de Fevereiro a 5 de Junho de 1945, e no Comando Militar dos Açores, de 5 de Junho de 1945 a 30 de Janeiro de 1946.

Em Fevereiro de 1955 deixou o comando do 4.º Esquadrão, sendo nomeado ajudante-de-campo do general Afonso Botelho, então comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e, em 16 de Dezembro desse ano, foi promovido ao posto de major.

Em acumulação com a vida militar, António de Spínola foi membro do Conselho de Administração da Siderurgia Nacional, desde a constituição da empresa até 1964.

Em 1961, já com o posto de tenente-coronel, desempenhou, sucessivamente, funções de 2.º comandante e comandante do Regimento de Lanceiros 2 e, ao iniciar-se a guerra colonial, é o primeiro oficial a oferecer-se como voluntário para Angola e a organizar o Grupo de Cavalaria 345. Nesse mesmo ano foi colocado com a sua unidade em Angola, onde, após um breve curso de aperfeiçoamento operacional no Centro de Instrução Militar de Luanda, teve a sua primeira missão na região de Bessa Monteiro e, mais tarde, na região fronteiriça de São Salvador do Congo. E assim, até 1963, ano em que no mês de Outubro foi promovido a coronel, António de Spínola permanecerá em Angola, onde este homem do Exército toma consciência de que para vencer a guerra de guerrilha a solução jamais poderia ser militar. Conforme declarou nos anos noventa, *“Um Estado federado ou uma federação de Estados eram soluções possíveis...”*

*Estas ideias germinaram em Angola, que foi a minha grande escola política, pois quando regresssei à Metrópole, em 1963, já não tinha dúvidas que a guerra do nosso Ultramar não tinha solução militar. O prolongamento por 13 anos, sem qualquer vitória definitiva, corroborava as minhas ideias”.*²

Regressado a Lisboa, em Março de 1964, foi colocado na direcção da Arma de Cavalaria, cumulativamente com a chefia do Serviço de Preboste, até Novembro de 1965, data do início da frequência do curso de Altos Comandos, o qual terminou em Junho de 1966, com a classificação de “Muito Apto”. Regressou à direcção da Arma de Cavalaria para o desempenho do lugar de inspector, vindo a ser promovido a brigadeiro em Dezembro de 1966.

Em Janeiro do ano seguinte, António de Spínola foi nomeado 2.º comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, onde renovou a organização e a instrução, o que lhe valeu um louvor do Ministro do Interior, em Agosto de 1968, ano em que desde Maio, e até 1972, passou a ocupar os cargos de Governador e comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné.³

Este convite de Salazar, que surgiu em Maio de 1968, via ministro do Ultramar, segundo o próprio António de Spínola “(...) colheu-me de surpresa, dadas as críticas que eu formulara numa carta que escrevera ao dr. Salazar em 1961, considerando que a estrutura política estava dominada por oportunistas e era necessário rejuvenescer os governantes com nomeações fora do círculo vicioso da União Nacional”. Certo é que se seguiu uma audiência com Salazar e o militar aceitou o cargo com a prerrogativa de se dirigir directamente ao presidente do Conselho e será a partir da Guiné que pressionará o Governo de então. A pouco e pouco, Spínola foi advogando a ideia da constituição de uma federação que poderia ser aplicável aos territórios ultramarinos e são essas as ideias que vai passar ao livro *Portugal e o Futuro*.

Nos dois primeiros anos de governo da Guiné, António de Spínola empenhou-se num esforço militar para recuperar forças – reestruturou os comandos das Forças Armadas e adoptou uma política de contacto pessoal, constante e directo, com as unidades de combate – enquanto que, a partir de 1970, deu relevo à componente social e política, época em que, nomeadamente, se passaram a realizar anualmente os congressos do povo da Guiné, para além de ter mantido encontros secretos com Leopold Senghor⁴ que se ofereceu como intermediário e defensor duma

² Idem Nota 1.

³ Actual República da Guiné-Bissau.

⁴ Na época, era presidente do Senegal..



Falando à população da Guiné

autonomia interna do tipo federativo com Portugal. Contudo, Spínola viu esta busca de acordo com o PAIGC, por ele ensaiada, ser inviabilizada por Caetano e no seu livro *País Sem Rumo* (1978) publicará os seus argumentos a favor dessa negociação directa com Amílcar Cabral e os contra de Marcelo Caetano.

General desde 4 de Julho de 1969, Spínola, foi reconduzido para os cargos da Guiné em Abril de 1972 mas, em 14 de Setembro de 1973, já com o segundo mandato de governador e comandante-chefe das Forças Armadas excedido em 5 meses, terminou as suas funções e recusou a recondução *“por falta de apoio do Governo central para o prosseguimento da sua política de crescente participação das massas africanas, num processo evolutivo para a sua autodeterminação, com vista à edificação de uma alargada comunidade arolusobrasileira”*.⁵

Todavia, na remodelação ministerial de Novembro de 1973, Marcelo Caetano convidou-o para a pasta do Ultramar, numa tentativa de o colocar na defesa da política ultramarina oficial do regime, mas António de Spínola não aceitou.

No entretanto, neste início da década de setenta, António de Spínola publicou *Por Uma Guiné Melhor* (1970), *Linha de Acção* (1971), *No Caminho do Futuro* (1972) e *Por Uma Portugalidade Renovada* (1973).

Em 1974, no dia 17 de Janeiro, tomou posse como vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, por sugestão de Costa Gomes, sendo promovido a general de 4 estrelas, e empossado pelo então Presidente da República

⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia., vol. 10 – Actualização, pp. 289/291;

almirante Américo Thomaz. Em meados do mês seguinte, o general Spínola publica *Portugal e o Futuro*, escrito desde o ano anterior, no qual defende uma solução política e não militar para a guerra colonial, numa ideia federativa que não concebia a concessão de uma independência total aos territórios ultramarinos. Mais tarde confessou que “(...) *ofereci um exemplar do livro ‘Portugal e o Futuro’, com uma dedicatória minha, ao prof. Marcello Caetano, no próprio dia em que foi publicado. Enviei-o também ao Presidente da República, que me agradeceu com um cartão*”.⁶

No seguimento, Marcelo Caetano deslocou-se à Assembleia Nacional, em 5 de Março, para proferir um discurso no qual indirectamente respondeu às ideias expostas no livro, sobre a evolução do Ultramar. Curiosamente, no mesmo dia, o Movimento dos Capitães realizou uma reunião em Cascais, na qual passou a designar-se Movimento das Forças Armadas (MFA) e aprovou



Anúncio publicado no *Diário Popular*

que tinha cobertura e legitimidade para passar à conspiração política. Spínola considerou, em entrevista concedida na década de noventa, que “*Talvez eu tenha cometido o erro histórico de não ter assumido a liderança do processo de mudança de regime*”⁷ [nessa época]”.

A 14 de Março, um grupo de altas patentes militares dos três ramos das Forças Armadas – cujos participantes ficaram conhecidos ironicamente nos meios da oposição ao regime como “Brigada do Reumático” – deslocou-se a S. Bento para prestar o seu apoio à política ultramarina de Marcelo Caetano. António de Spínola e Costa Gomes foram os generais de excepção e, como tal, no dia seguinte, 15 de Março, foram exonerados das suas funções.

A 16 de Março, tropas marcharam sobre Lisboa, mas como só avançou o Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha. A tentativa saiu gorada e

^{6 e 7} Idem Nota 1;

foram presos cerca de 200 militares. Spínola considerou que *“O 16 de Março foi uma reacção de combatentes do Ultramar à minha destituição e à do general Costa Gomes da chefia das Forças Armadas. O sentimento que os motivou foi de profunda revolta, designadamente no seio dos oficiais que serviram comigo.”*⁸

António de Spínola, embora não fosse um democrata de formação, colaborou para o início do processo democrático português, ficando como um símbolo da transição dos regimes autoritários de Salazar e Caetano para a democracia pluralista.

Em 7 de Abril de 1974, António de Spínola recebeu o projecto do Programa do MFA de um representante do Movimento dos Capitães e informou Costa Gomes dos contactos tidos com o Movimento.

E, no dia 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas mandata o General António de Spínola para entrar, às 17h45, no Quartel do Carmo, com a missão de aceitar a rendição de Marcelo Caetano, episódio que terminou às 19h30, com a saída no cenário do Largo do Carmo cheio de lisboetas.

Também foi o General Spínola que a 26 de Abril, após conversa telefónica com o director da PIDE/DGS, Silva Pais, obteve a rendição da polícia política.

Na noite de 25 de Abril, foi instituída a Junta de Salvação Nacional, órgão que passou a deter as atribuições dos órgãos fundamentais do Estado e que foi apresentada ao país perante as câmaras da RTP, em 26 de Abril, dia em que também Spínola foi designado Presidente da República, escolhido pelos membros da Junta. Como o próprio declarou *“Aceitei o cargo de Presidente da Junta de Salvação Nacional⁹ e, por inerência, o de Presidente da República, a pedido do próprio general Costa Gomes, o qual se negou terminantemente a aceitar esse cargo, não obstante a minha insistência. Preferiu o cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas”*.¹⁰

Assim, António de Spínola torna-se o 14.º Presidente da República Portuguesa, o primeiro após o 25 de Abril de 1974 e a queda do Estado Novo,

⁸ Idem Nota 1;

⁹ A Junta de Salvação Nacional só ficaria com o elenco completo em Julho de 1974, com a entrada do sétimo elemento escolhido, Jaime Silvério Marques, que assim se juntava a António de Spínola e Costa Gomes pelo Exército, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho por parte da Armada e Costa Martins e Galvão de Melo em representação da Força Aérea, todos com estrelas de General nos ombros. Os militares subalternos que acabavam de fazer triunfar a revolução do Movimento das Forças Armadas, em nome do respeito pelas hierarquias, entregaram o poder nas mãos de oficiais gerais..

¹⁰ Idem Nota 1;



Foto de cima: A Junta de Salvação Nacional nos estúdios da RTP (Rosa Coutinho, Pinheiro de Azevedo, Costa Gomes, António de Spínola, Jaime Silvério Marques e Galvão de Melo)

Foto de baixo: Tomada de posse do I Governo Provisório.

oficialmente empossado em 15 de Maio de 1974 para, logo no dia seguinte, dar posse ao I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos.

Spínola chegou a pensar num governo militar, mas não avançou nesse sentido, como ele próprio confessa: *“O meu pensamento num governo militar de breves meses destinava-se a promover eleições democráticas rapidamente e a referendar uma nova política ultramarina. Não me bati por esta solução. O Programa do MFA manteve a Junta de Salvação Nacional, de carácter militar, e um governo provisório civil. Foi o programa que eu li aos portugueses e no qual acreditei.”*¹¹

No desempenho do cargo, destaque-se as conversações que desenvolveu com os presidentes Nixon (dos Estados Unidos da América) e Mobutu (do então Zaire) para apoio à execução do Programa do MFA, a sua visita à ONU e, a 27 de Julho de 1974, ter reconhecido o direito à independência das colónias, com o anúncio da publicação da Lei 7/74.

Depois, António de Spínola procurou o apoio dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa e, a 10 de Setembro de 1974, apelou à chamada “Maioria Silenciosa” que, dias mais tarde, teve como resposta a publicação de notícias na imprensa, anunciando para dia 28 uma manifestação de apoio ao general.

Certo é que esta tentativa de golpe de 28 de Setembro de 1974 saiu gorada já que, em resposta à manifestação da “Maioria Silenciosa”, foram organizadas barricadas populares junto às saídas de Lisboa e um pouco por todo o país. No final dessa noite, os militares substituíram os civis e foram detidas por Forças Militares mais de uma centena de pessoas, entre figuras gratas ao regime deposto e participantes activos da manifestação abortada da “Maioria Silenciosa”.

Na sequência destes acontecimentos Spínola resolveu demitir-se mas, antes ainda, propôs ao Conselho de Estado um regime transitório de excepção, com a suspensão parcial e transitória dos direitos e garantias, porque, na sua opinião, *“(…) face à anarquia que invadia as Forças Armadas, impunha-se manter a ordem mediante a tomada de medidas de excepção. Essas medidas terminavam com as actividades políticas do MFA e impediam as actividades conspiratórias do PC no seio das Forças Armadas, obrigando-o, igualmente,*

¹¹ Idem Nota 1;;



Com o presidente dos EUA
Richard Nixon



Com o presidente do Zaire,
Mobutu



*a abandonar a ditadura do proletariado no seu programa e a não impedir a institucionalização da democracia”.*¹²

Após ocupar a Presidência da República durante 4 meses, o general Spínola acaba por renunciar ao cargo, em 30 de Setembro de 1974, em S. Bento, baseando a sua atitude *“no respeito a princípios essenciais da ética militar que o inibiam de colaborar na destruição do País e na implementação de novos regimes totalitários”*¹³, sendo substituído pelo general Costa Gomes.

Em seguida, envolveu-se numa conjura militar que pretendia alterar a situação política do país, o 11 de Março de 1975, lamentando que *“Os objectivos do 11 de Março que estava programado – e que teria evitado a loucura colectivista que se seguiu – não foram, infelizmente, atingidos”*¹⁴, após o que foi demitido do Exército e se refugiou em Espanha, de onde se exilou para o Brasil.

Em seguida, em Julho de 1975, António de Spínola fundou, sob a sua presidência, o MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal, partido que extinguiu poucos dias após o 25 de Novembro de 1975, para depois regressar definitivamente a Portugal, em Agosto de 1976, e publicar *Ao Serviço de Portugal* (1976) e *País Sem Rumo* (1978).

A 27 de Fevereiro de 1978 foi reintegrado no Exército, na situação de reserva, tendo passado à reforma, por limite de idade, a 11 de Abril de 1980.

¹² Idem Nota 1.

¹³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia., vol. 10 – Actualização, pp. 289/291.

¹⁴ Idem Nota 1



António de Spínola distinguiu-se como o militar português mais conhecido, prestigiado e polémico das últimas décadas do século XX, admirado por uns e odiado por outros. Em entrevista ao *Expresso*¹⁵, António de Spínola definiu como o maior sucesso político da sua vida o facto de *“ter colaborado abertamente nos objectivos previstos no 25 de Abril, que em última análise, se resumiram à restituição da liberdade e da democracia ao povo português”* e considerou como o seu maior sucesso militar *“ter participado como voluntário na Guerra do Ultramar, onde tive o privilégio de correr riscos ao lado dos nossos extraordinários soldados, lídimos representantes do ancestral patriotismo do povo português”*.

António de Spínola, o oficial-general mais condecorado das Forças Armadas Portuguesas, foi também agraciado pelo governo espanhol com a Cruz de 1.^a classe da Ordem de Mérito Militar, com distintivo branco. Em termos nacionais destacam-se as seguintes condecorações: Medalha de assiduidade de Segurança Pública (1957); Medalha de Mérito Militar de 2.^a classe (1958); Comenda da Ordem Militar de Avis (1959); Medalha de Prata de Serviços Distintos (1961); Medalha de Prata de Valor Militar, com Palma (1963); Medalha Comemorativa das Campanhas de Angola (1964); Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar (1965); Medalha de Ouro de Valor Militar, com Palma (1972); Grande-Oficial, com Palma da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito (1973) e Medalha Comemorativa das Campanhas da Guiné (1973).

Na década de oitenta, António de Spínola foi distinguido com o título de marechal, em Dezembro de 1981, presidiu às comemorações do 10.^o aniversário do 25 de Abril e viu o seu papel ser oficialmente reconhecido, por decreto de 5 de Fevereiro de 1987, quando o então Presidente da República Mário Soares o empossou como Chanceler das Antigas Ordens Militares e lhe entregou as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada, pelos *“feitos de heroísmo militar e cívico e por ter sido símbolo da revolução de Abril e o primeiro Presidente da República após a ditadura”*.¹⁶

A Câmara Municipal de Lisboa homenageia este antigo Presidente da República Portuguesa, falecido nesta cidade a 13 de Agosto de 1996, aos 86 anos de idade, atribuindo o seu nome a uma grande artéria desta cidade, nas Freguesias de Marvila e S. João de Brito.

Paula Machado

¹⁵ Idem Nota 1.

¹⁶ In Página da Presidência da República na Internet: «António Sebastião Ribeiro de Spínola» In www.presidencia-republica.pt/pt/palacio/presidentes/antonio_spinola.html.

Bibliografia

- Entrevista de António de Spínola a José Pedro Castanheira In *Expresso*, 30 de Abril de 1994;
- Entrevista de Melo Antunes ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra em 13 de Agosto de 1999
In www.cyber25/25abril/imprensa/texto01.html;
- «António Sebastião Ribeiro de Spínola»
In www.presidencia-republica.pt/pt/palacio/presidentes/antonio_spinola.html;
- «António Spínola»
In http://www.citi.pt/cultura/politica/25_de_abril/antonio_spinola.html;
- Centro de Documentação 25 de Abril In www1.ci.uc.pt/cd25a;
- *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia;
- *Grande Livro dos Portugueses*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1990
- «Marcelismo – a crise final (1968-1974)»
In www.fmsoares.pt/casa_museu/expos/permanente/6a-index.htm
- Rezola, Maria Inácia, *António de Spínola* Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, col. Fotobiografias Século XX

FICHA TÉCNICA

Edição

Câmara Municipal de Lisboa
Comissão Municipal de Toponímia

Título

Marechal António de Spínola

Textos

José Manuel Barroso
Paula Machado

Coordenação

Jorge Pereira da Silva
António Trindade

Design

Rui A. Pereira
Elsa Pires
Teresa Sancha Pereira

Colaboração Gráfica

Albino Teresa
Manuel Rocha

Tiragem

ex.

Ano

2010

Depósito Legal

N.º /10

Execução gráfica

Imprensa Municipal de Lisboa

